

PLANO DE DADOS ABERTOS

Janeiro de 2026 –
Dezembro de 2027

Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO

Presidente do Brasil

Luiz Inácio Lula de Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretária Nacional de Planejamento

Virginia de Angelis Oliveira de Paula

Secretário de Orçamento Federal

Clayton Luiz Montes

Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

Viviane Vecchi Mendes Muller

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Wesley Matheus de Oliveira

Secretário de Articulação Institucional

João Victor Villaverde de Almeida

Equipe Técnica

Arte e Design – Secretaria Executiva – MPO

Projeto gráfico e design: Viviane Barros

Assistente de design: Ivan Sasha

Aprendizes de Design: Emanuele Queiros e Douglas Saymom

Ministério do Planejamento e Orçamento

gov.br/planejamento



@planejamentoeorcamento



@minplanejamento

SUMÁRIO

PLANO DE DADOS ABERTOS 2026-2027	4
1. Introdução	4
1.1. Cenário Institucional	4
2. Objetivos.....	5
2.1. Objetivo Geral.....	5
2.2. Objetivos Específicos	6
3. Construção e Execução do Plano de Dados Abertos.....	6
4. Processo de Catalogação	7
5. Sustentação e Fundamentação	8
5.1. Manutenção de bases fechadas.....	8
5.2. Ações de Melhoria da Qualidade dos Dados e sua Disponibilização.....	9
5.3. Cronograma de ações para promoção, fomento, uso e reuso	10
ANEXOS.....	12
6. Inventário de bases de dados do Ministério do Planejamento e Orçamento.....	12
7. Glossário.....	16

PLANO DE DADOS ABERTOS 2026-2027

1. Introdução

O Plano de Dados Abertos (PDA) do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) para o biênio 2026 – 2027 estabelece as ações institucionais voltadas ao fortalecimento da transparência ativa, em conformidade com a [Lei nº 12.527/2011](#) e o [Decreto nº 8.777/2016](#).

O presente Plano sucede ao PDA 2024–2025, cujo resultado alcançado foi a abertura de todas as bases selecionadas, além da disponibilização de base adicional não prevista (“Plano Plurianual 2024–2027 e ODS”), fato que será evidenciado em relatório de execução previsto para ser elaborado no início de 2026. Constatou-se, ainda, que, apesar da existência de 2 bases fechadas, não há bases elegíveis para abertura neste biênio, mediante justificativa apresentada adiante. Nessa linha, houve o esforço de elaboração deste Plano no sentido de ações de melhoria para os dados e sua disponibilidade, de forma a buscar a abertura das remanescentes no PDA 2028- 2029.

Apesar de este Plano não prever a abertura de novas bases de dados, cabe destacar que diversas bases já disponibilizadas pelo MPO são continuamente atualizadas a cada novo exercício fiscal, com a incorporação de novos registros e a consolidação das informações do período. Isso ocorre, por exemplo, com as bases do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, de Emendas Parlamentares, do Cadastro de Ações, de Alterações Orçamentárias e de Projetos do setor público com financiamento externo de organismos internacionais.

A iniciativa reforça o compromisso do Ministério com a disponibilidade de dados públicos de qualidade, íntegros e atualizados, em observância ao princípio da transparência.

1.1. Cenário Institucional

O Plano Estratégico Institucional (PEI) do MPO (2024–2027) orienta as prioridades estratégicas do Órgão e reafirma o compromisso institucional com a eficiência, a governança e a entrega de valor público. Construído de forma participativa, com a contribuição dos dirigentes e dos servidores, o PEI está alinhado ao ciclo do Plano Plurianual (PPA) e estabelece 14 objetivos estratégicos que direcionam a atuação do Ministério no período.

A política de dados abertos integra esse esforço, ao ampliar a transparência das ações e dos resultados institucionais, contribuindo diretamente para o alcance do Objetivo Estratégico 14 – “Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional”.

No biênio 2026–2027, o foco recairá sobre o aprimoramento das bases de dados existentes, fortalecendo a qualidade, a confiabilidade, a governança e a documentação das informações disponibilizadas à sociedade.

No âmbito da integridade pública, destaca-se o [Plano de Integridade do Ministério do Planejamento e Orçamento – 2026-2027](#), aprovado pelo Comitê Ministerial de Governança (CMG) e pelo Subcomitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (SRTCI). O documento constitui o principal instrumento de prevenção, detecção e resposta a práticas que possam comprometer a ética, a transparência e a governança institucional. Entre seus principais objetivos estão o estímulo ao comportamento ético e íntegro por meio de ações pedagógicas e o fortalecimento do papel das instâncias com funções de integridade, fomentando sua interação com as demais unidades organizacionais.

Adicionalmente, o Plano de Integridade está alinhado ao [Programa Integridade Planejada](#), iniciativa institucional aprovada em 2023, que orienta ações de ética, governança e integridade em todo o Ministério.

A articulação entre o PEI, o Plano de Integridade e as ações de dados abertos evidencia o compromisso do Ministério com uma gestão orientada à integridade, à transparência e ao interesse público, consolidando um ambiente institucional mais confiável, estruturado e alinhado às melhores práticas de governança.

2. Objetivos

2.1. Objetivo Geral

Aprimorar a governança, a qualidade e a confiabilidade das bases de dados existentes no MPO, fortalecendo a transparência ativa e a disponibilidade de informações íntegras, atualizadas e acessíveis à sociedade, ainda que não haja abertura de novas bases no biênio.

2.2. Objetivos Específicos

Nesse contexto, podem-se listar como objetivos específicos traçados pelo Ministério:

- elevar o nível de qualidade das bases existentes, assegurando integridade, consistência, atualização e padronização das informações disponibilizadas;
- aprimorar a documentação, a rastreabilidade e a governança das bases de dados, incluindo metadados, dicionários, registros de alteração e critérios de atualização;
- revisar e fortalecer processos internos de transparência ativa, ampliando a clareza, acessibilidade e utilidade das informações publicadas;
- assegurar conformidade das bases existentes com requisitos legais e normativos, incluindo proteção de dados pessoais, segurança da informação, licenciamento e padrões nacionais de dados abertos;
- apoiar a participação e o controle social por meio da melhoria da qualidade e da compreensão dos dados já disponíveis, mesmo sem abertura de novas bases;
- promover a harmonização e a padronização técnica das bases existentes, reduzindo redundâncias, inconsistências e lacunas de informação; e
- garantir continuidade, segurança e estabilidade nos processos de manutenção, atualização e disponibilização das bases já publicadas.

3. Construção e Execução do Plano de Dados Abertos

A elaboração deste documento foi coordenada pela Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) do MPO e contou com a participação, em especial, da Ouvidoria e da Corregedoria, além de todas as Secretarias do órgão, incluindo a Secretaria-Executiva. O processo de construção deste documento consistiu na realização de reuniões de trabalho periódicas, principalmente de discussões no âmbito do SRTCI, no período de 2025, e, como referência, o Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos e a Resolução nº 03, de 13 de outubro de 2017, do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA).

As ações propostas neste Plano seguem as regras e etapas previstas na legislação, assim como as orientações, premissas e boas práticas existentes no governo federal.

Dessa forma, o Plano de Dados Abertos do Ministério do Planejamento e Orçamento (PDA/MPO) foi elaborado a partir das seguintes ações e etapas:

- atualização dos pontos focais nas Unidades do MPO;

- realização de reuniões com os pontos focais e representantes das Unidades para orientações e esclarecimentos sobre o PDA;
- revisão do inventário de dados;
- levantamento das bases de dados constantes no PDA anterior do MPO;
- levantamento das bases de dados do MPO junto às Unidades do Ministério;
- verificação da disponibilidade das bases propostas para abertura no Portal de Dados Abertos;
- consolidação das bases e conclusão do inventário de dados do MPO;
- classificação dos dados do inventário em: dados abertos, não abertos, publicados, não publicados;
- definição dos responsáveis pela elaboração do conteúdo do PDA (Assessoria Especial de Controle Interno e Secretaria Executiva);
- consolidação e revisão preliminar do PDA (Assessoria Especial de Controle Interno);
- validação do PDA (Assessoria Especial de Controle Interno e Secretaria Executiva);
- avaliação do PDA pela Controladoria-Geral da União (CGU), conforme previsão no Modelo de Plano de Dados Abertos da CGU.
- aprovação do PDA pelo Subcomitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade – SRTCI, Portaria GM/MPO nº 116, de 3 de maio de 2023 c/c Portaria GM/MPO nº 162, de 19 de junho de 2023; e
- aprovação do PDA pelo Subcomitê de Governança Digital e Segurança da Informação (SGD-SI), instituído por meio da Portaria GM/MPO nº 116, de 3 de maio de 2023.

4. Processo de Catalogação

O MPO mantém catálogo consolidado de bases abertas, não tendo sido identificadas novas bases aptas para abertura no biênio 2026–2027.

As bases de dados publicadas em formato aberto foram catalogadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos (<https://dados.gov.br/dados/organizacoes/visualizar/ministerio-do-planejamento-e-orcamento>), assim como na página de dados abertos do MPO (<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos>).

Destaca-se que esse processo foi realizado diretamente pelas áreas detentoras dos dados, sendo a AEI mera consolidadora das informações.

5. Sustentação e Fundamentação

5.1. *Manutenção de bases fechadas*

Após análise técnica conduzida pela AECI e pelas Secretarias do MPO, verificou-se que não há bases de dados aptas para abertura no período 2026–2027, seja por envolverem informações sigilosas, dados pessoais, baixa maturidade técnica, caráter estritamente derivado ou, principalmente, inviabilidade técnica/financeira, decorrente da complexidade das bases fechadas de publicização.

Nessa linha, como mencionado anteriormente, somente 2 bases se manterão fechadas, devido às fundamentações a seguir.

Em relação à base “Informações Complementares ao PLOA”, a não abertura da base neste biênio justifica-se pela alta complexidade técnica, pela natureza mutável dos dados captados e pela dificuldade de padronização para abertura de dados históricos e interoperabilidade.

Entretanto, está programada a realização de estudos, ao longo de 2026, para identificar os ajustes necessários à eventual futura publicação dessa base de dados em Dados Abertos. Ademais, cabe informar que algumas Informações Complementares ao PLOA já se encontram publicizadas e disponibilizadas à sociedade, conforme link a seguir: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamentos-anuais/2026/ploa/projeto-de-lei-orcamentaria-anual-2026>.

Por outro lado, em relação à base “Informações do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO)”, a manutenção da base de dados do processo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) fechada é medida necessária para garantir a integridade e a qualidade das informações disponibilizadas ao público. O sistema atual foi concebido para replicar procedimentos manuais, armazenando propostas de emendas e pareceres em formato predominantemente textual, sem estrutura adequada para separar dados públicos daqueles que contêm informações pessoais ou sensíveis. Essa ausência de segregação inviabiliza a disponibilização segura em conformidade com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), que, além de exigir transparência, impõe salvaguardas para dados restritos, e com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), que proíbe a exposição indevida de informações pessoais.

Do ponto de vista técnico, a abertura da base implicaria riscos elevados de divulgação indevida e de inconsistências, comprometendo a credibilidade do processo e contrariando o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal. Para viabilizar a abertura, será necessário reestruturar o sistema, criando mecanismos que permitam separar automaticamente informações publicáveis das restritas, além de implementar padrões de integridade e interoperabilidade compatíveis com boas práticas internacionais de dados abertos. Esse esforço demanda tempo, recursos e ajustes sistêmicos que não podem ser realizados sem afetar outras entregas estratégicas previstas para o período.

Assim, a restrição é temporária e proporcional, sem previsão de abertura no biênio 2026-2027. Quando tais adaptações estiverem concluídas, será possível disponibilizar a base com qualidade, segurança e aderência às normas legais e às recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para transparência fiscal. Essa decisão assegura que a divulgação futura ocorra de forma responsável, garantindo acesso à informação sem comprometer direitos fundamentais nem a confiabilidade do processo orçamentário.

Ainda assim, ressalta-se que haverá esforço de abertura das bases fechadas ainda neste biênio. Como observado na execução do PDA 2024-2025, o Ministério abriu todas as bases previstas no cronograma de abertura, reforçando seu compromisso com a transparência.

5.2. Ações de Melhoria da Qualidade dos Dados e sua Disponibilização

Conforme o Decreto nº 8.777/2016 e a Resolução nº 3/2017 do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA), é permitido que ciclos do PDA priorizem melhorias internas em lugar de abertura de novas bases, desde que adequadamente fundamentado.

Assim, o foco deste ciclo será o aprimoramento da governança, da documentação, da qualidade e da maturidade das bases existentes, preparando o MPO para futuras aberturas.

As ações de melhoria envolvem não só a qualidade dos dados, como também sua disponibilização (atualizações regulares, tempestividade, fidedignidade, conformidade, etc.). Assim, são possíveis para os exercícios de 2026 e 2027 ações de revisão e aprimoramento da documentação interna das bases existentes, incluindo:

- criação ou atualização de dicionários de dados;
- elaboração de glossários e descrições padronizadas;
- revisão dos metadados; e

- atualização dos responsáveis e contatos.

Dessa forma, espera-se como resultado maior clareza e rastreabilidade das estruturas de dados.

Ademais, em relação à Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID), foi lançado, em fevereiro de 2026, o sistema Ybi que é o portal de pagamentos do Governo Federal a organismos internacionais. Seu objetivo é trazer mais transparência, segurança e eficiência na gestão dos recursos públicos. O Ybi contará com painel específico para o cidadão, no qual poderá consultar o valor total das solicitações de pagamentos a organismos internacionais recebidas, o valor das solicitações pagas, os organismos que foram pagos, entre outras informações. No âmbito do PDA, o sistema auxilia na extração de informações presentes do Portal. Assim, é possível ter atualização mais precisa e tempestiva. Desse modo, o sistema fortalece o compromisso deste Ministério com a transparência ativa e com a inovação tecnológica com foco no cidadão.

5.3. Cronograma de ações para promoção, fomento, uso e reuso

Conforme, expresso no Art. 4º da Resolução do CGINDA, o cronograma de mecanismos para promoção e fomento deverá detalhar as atividades planejadas para promover e fomentar o uso das bases programadas para abertura. Como exemplo, essas ações podem ser: entrevistas, eventos, palestras, oficinas ou a publicação de notícias. Insta salientar que este item tem fundamental importância, em especial devido ao fato deste Plano não conter previsão de abertura de novas bases.

Nesta toada, a AECI/MPO coordenará as ações para promoção, fomento, uso e reuso de acordo com o cronograma abaixo:

NOME DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	UNIDADE DO RESPONSÁVEL	CONTATO	MÊS/ANO DE REALIZAÇÃO
Vídeo educativo	Publicação de vídeo de divulgação do tema dos dados abertos e do PDA.	AECI	aeci.mpo@planejamento.gov.br	Jun/26
Cartilhas educativas	Cartilhas divulgando o tema dos dados abertos e como localizar as bases do MPO.	AECI	aeci.mpo@planejamento.gov.br	Out/26 Abr/26 Out/27

Notícias	Publicação de notícias no site, enfatizando a importância do tema dos dados abertos e resumindo as ações do ano.	AECI	Aeci.mpo@planejamento.gov.br	Dez/26 Dez/27
----------	--	------	------------------------------	------------------

ANEXOS

6. Inventário de bases de dados do Ministério do Planejamento e Orçamento

UNIDADE RESPONSÁVEL	BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO	DISPONÍVEL NO PORTAL DE DADOS ABERTOS	PERIODICIDADE DE ATUALIZAÇÃO	CONTÉM INFORMAÇÃO SIGILOSA	NOME DA POLÍTICA PÚBLICA RELACIONADA, QUANDO APLICÁVEL
SEPLAN	Plano Plurianual 2000-2003	Dados Anualizados da Programação Qualitativa do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2000-2003. Foram gerados os arquivos de Programas, Ações, Indicadores e Dados Físicos para cada Ano do PPA.	Sim	N/A	Não	N/A
SEPLAN	Plano Plurianual 2004-2007	Dados Anualizados da Programação Qualitativa do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2004-2007. Foram gerados os arquivos de Programas, Ações, Indicadores e Dados Físicos para cada Ano do PPA.	Sim	N/A	Não	N/A
SEPLAN	Plano Plurianual 2008-2011	Dados Anualizados da Programação Qualitativa do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2008-2011. Foram gerados os arquivos de Programas, Ações, Indicadores e Dados Físicos para cada Ano do PPA.	Sim	N/A	Não	N/A
SEPLAN	Plano Plurianual 2012-2015 Federal	Dados Anualizados do Plano Plurianual do Governo Federal para o período de 2012-2015. Foram gerados os arquivos de Programas, Indicadores, Objetivos, Metas, Iniciativas e Empreendimentos Individualizados como Iniciativa para cada ano do PPA.	Sim	N/A	Não	N/A
SEPLAN	Plano Plurianual 2012-2015 e Programas Federais	Arquivo ODS com dicionário de dados e com os dados. Programa federal associado as metas e as iniciativas do Plano Plurianual - PPA 2012-2015. As metas e iniciativas são ligadas aos objetivos declarados programas temáticos do PPA.	Sim	N/A	Não	N/A

SEPLAN	Plano Plurianual 2012-2015 Federal - Avaliação	Dados anualizados da Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal para o período de 2012-2015. Foram gerados os arquivos de indicadores, Objetivos e Metas para cada Ano do PPA.	Sim	N/A	Não	N/A
SEPLAN	Plano Plurianual 2016-2019 Federal Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Contém a lista Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas associadas ao Plano Plurianual 2016-2019 com respectivos objetivo e meta ou iniciativa do Programa Temático cuja declaração possui equivalência ao ODS.	Sim	Diária	Não	N/A
SEPLAN	Plano Plurianual 2016-2019 Federal	Contém a lista dos programas temáticos, indicadores, objetivos, iniciativas e metas do PPA 2016-2019 e as atualizações ao longo dos 4 anos de vigência do Plano.	Sim	N/A	Não	N/A
SEPLAN	Plano Plurianual 2016-2019 Federal – Avaliação	Contém a lista de indicadores e metas do PPA associados aos objetivos dos programas temáticos com a respectiva apuração para cada ano já decorrido do PPA 2016-2019. Os dados apresentados informam, por exemplo, a tipologia das metas (quantificável, cumulativa, sentido desejado – crescente ou decrescente), o Órgão responsável na Administração Pública Federal, a situação da meta, as serem adotadas para atingimento das metas até 2019, índice apurado e de referência para os indicadores.	Sim	N/A	Não	N/A
SEPLAN	Plano Plurianual 2020-2023 Federal Monitoramento	Contém a lista de indicadores e metas do PPA associados aos objetivos dos programas temáticos com a respectiva apuração para cada ano já decorrido do PPA 2020-2023. Os dados apresentados informam, por exemplo, a tipologia das metas (quantificável, cumulativa, sentido desejado – crescente ou decrescente), o Órgão responsável na Administração Pública Federal, a situação da meta, as medidas a serem adotadas para atingimento das metas até 2019, índice apurado e de referência para os indicadores	Sim	Anual	Não	N/A
SEPLAN	Plano Plurianual 2020-2023 Federal	Contém a lista dos programas temáticos, indicadores, objetivos, iniciativas e metas do PPA 2020-2023 e as atualizações ao longo dos 4 anos de vigência do Plano.	Sim	Anual	Não	N/A

SOF	Orçamento Federal - Emendas Parlamentares Individuais de Execução Obrigatória	Detalhes da programação orçamentária alocada para emendas impositivas no orçamento federal e sua execução	Sim	Diária	Não	N/A
SOF	Orçamento Federal - Acompanhamento Físico-Financeiro das Ações Orçamentárias	Captação física das ações que compõem o orçamento sendo executado	Sim	Anual	Não	N/A
SOF	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	Detalhes da programação orçamentária e sua execução.	Sim	Diária	Não	N/A
SEAID	Pagamentos de contribuições e de integralizações internacionais	Base de dados contendo os valores dos compromissos que a República Federativa do Brasil tem junto a organismos, bancos e fundos internacionais, bem como os pagamentos das respectivas integralizações de cotas, das composições e contribuições.	Sim	Semestral	Não	N/A
SEAID	Projetos do setor público com financiamento externo de organismos internacionais	Base de dados contendo informações sobre projetos e programas do setor público que contam com financiamento externo de organismos multilaterais e bilaterais, no âmbito das atribuições da Comissão de Financiamentos Externos (COFIE). São disponibilizadas informações sobre as diversas fases do ciclo de projeto (análise, preparação, negociação, assinatura e execução).	Sim	Anual	Não	N/A
SMA	Orçamento de Subsídios da União (OSU)	Análise da evolução da política de subsídios da União	Sim	Semestral	Não	N/A
SEPLAN	Plano Plurianual 2024- 2027 Federal	Contém a lista dos programas, objetivos, indicadores, metas, entregas e medidas institucionais do PPA 2024-2027 e as atualizações 4 anos de vigência do Plano.	Sim	Anual	Não	N/A

SEPLAN	Plano Plurianual 2024- 2027 Federal – Monitoramento	Contém os dados apurados da evolução das metas do PPA 2024-2027, tanto metas associadas aos objetivos específicos dos Programas quanto metas das entregas. Além dos valores numéricos aferidos a base contém dados qualitativos informados pelos órgãos, os quais auxiliam a compreender os valores alcançadas da meta para o período monitorado.	Sim	Anual	Não	N/A
SOF	Alterações Orçamentárias - créditos	Inclui as principais informações sobre todas as alterações orçamentárias, dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, efetivadas em cada exercício financeiro. Detalha as programações financeiras e os valores envolvidos em cada alteração.	Sim	Diária	Não	N/A
SOF	Lei Orçamentária Anual (LOA) - Cadastro de Ações	Contém o Cadastro das Ações Orçamentárias, com informações qualitativas de ações, localizadores e planos orçamentários.	Sim	Semestral	Não	N/A
SOF	Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA)	Contém os dados sobre informações complementares ao PLOA, conforme especificado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) correspondente, captadas por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.	Não	Anual	Não	N/A
SOF	Informações do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	Emendas ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO aprovadas no processo de elaboração do projeto de lei e a justificativa para cada alteração.	Não	Anual	Não	N/A
SEPLAN	Plano Plurianual 2024-2027 Federal Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Planilhas com os atributos do Plano Plurianual 2024-2027 Federal e seu relacionamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.	Sim	Anual	Não	N/A



7. Glossário

Dado: sequência de símbolos ou valores, representados em qualquer meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial;

Dados abertos: dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet, disponibilizados, sob licença aberta ou sob domínio público que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, limitando-se a creditar a autoria ou a fonte.

Plano de Dados Abertos: documento orientador para as ações, com prazos definidos, de implementação e promoção de abertura de dados de cada órgão ou entidade da administração pública federal, obedecidos os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações.

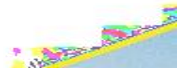
Formato aberto: formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização.

Transparência ativa: Informações disponibilizadas pelos órgãos e entidades, independentemente de solicitação, utilizando principalmente a internet.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): Tem o papel de orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Inclui metas e prioridades para a administração pública no ano, estabelece diretrizes e metas de política fiscal, entre outros assuntos. A partir do que está estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, ela também aborda outros temas como, por exemplo, metas e riscos fiscais, equilíbrio de receitas e despesas.

Lei Orçamentária Anual (LOA): Apresenta a programação dos gastos governamentais, bem como a previsão das receitas para custear esses gastos. Trata-se de um único documento, constituído por três partes: o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO): Projeto de lei de iniciativa do Presidente da República que compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. Orienta a elaboração da LOA, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.



Orçamento de Subsídios da União (OSU): apresenta, na esfera federal, as informações consolidadas das três modalidades de subsídios: tributários, financeiros e creditícios. O OSU tem por objetivo aumentar a transparência e o controle social sobre essa fonte de financiamento de políticas públicas.